

Capítulo 4

Transnacionalismo socioeconómico de portugueses na Alemanha

Pedro Candeias

(CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa)

Instituto de Saúde Ambiental, Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa)

Introdução

Uma parte considerável das migrações internacionais é de cariz laboral. Estimativas da International Labour Organization (2021) para o número de migrantes internacionais no mundo apontam para 272 milhões, dos quais 164 milhões corresponderiam a migrações laborais. Parte desta migração pode manter relações com os países de origem em diversos domínios, entre eles, no económico. Deste modo, uma corrente nos estudos das migrações associou os movimentos populacionais a um *nexus* com o desenvolvimento dos países de origem. Uma vez que estas teses foram pensadas para as migrações sul-norte ou de países de baixo desenvolvimento humano para países de elevado desenvolvimento humano, a aplicação ao caso português (elevado desenvolvimento humano) fica comprometida (Pires e Cândido, 2019). Não obstante, podem analisar-se alguns indicadores de ligações que a emigração portuguesa estabelece com o país de origem na esfera económica, partindo do princípio de que estas ligações terão algum impacto na economia portuguesa.

Com este panorama, o presente capítulo pretende analisar dois tipos de ligações económicas entre emigrantes portugueses e o país de origem: o envio de remessa e ligações de trabalho. Para cumprir este fim, recorre-se a dados recolhidos no âmbito do projeto REMIGR (PTDC/ATP-DEM/5152/2012)¹ e trabalhados numa posterior tese de doutoramento ancorada neste projeto (PD/BD/113555/2015). A estrutura do capítulo comporta uma primeira parte, de contextualização e revisão dos principais fatores que literatura considera relacionados com estas práticas transnacionais. Na segunda secção, é descrita a metodologia adotada e é caracterizada a amostra inquirida na Alemanha. Na terceira parte é caracterizado o *stock* português a viver na Alemanha. Na quarta

1 Os principais resultados podem ser encontrados em Peixoto *et al.*, 2016.

secção são analisados os resultados, com a descrição do envio de remessa e das relações de trabalho com Portugal. São apresentados os resultados para a Alemanha e para os principais países da emigração portuguesa. A análise de fatores associados com estes dois fenómenos é baseada numa análise bivariada e multivariada em modelos de regressão logística. Termina-se com uma breve reflexão em torno dos resultados obtidos.

Remessas, investimentos e relações laborais com a origem

Um dos indicadores mais comumente utilizado para aferir a ligação económica de emigrantes com o seu país de origem é o envio de remessas. A generalização das remessas é tal que, segundo Vertovec (2000), são enviadas por todo o tipo de trabalhadores imigrantes: homens e mulheres, em situação regular ou irregular, temporários ou permanentes, qualificados ou pouco qualificados, casados e solteiros, jovens e de meia-idade, de classes média, alta ou popular. Existem, porém, diferenciações de acordo com a duração da estadia no destino e a posição que cada imigrante ocupa no ciclo de vida. Este dinheiro é enviado por uma pluralidade de meios: bancos, agências, online, por estafetas ou através de redes sociais, com algumas *nuanças* de acordo com o grupo nacional. Na lógica do *migration development nexus*, defendia-se que as remessas reduzem a pobreza e reforçavam o investimento local, sendo de especial importância, uma vez que são capazes de resistir mesmo a situações de recessão económica (Faist, 2008). São diversas as consequências das remessas. Em alguns países, as remessas têm sido aplicadas na construção de infraestruturas e equipamentos (Vertovec, 2009). Os impactos das remessas permitem suportar as famílias na origem, transformar as relações de género, financiar educação e formação profissional, e permitir o desenvolvimento local em áreas como a saúde, o saneamento, e a construção de locais de culto e recreio (Vertovec, 2001 p.575). A importância das remessas para as contas públicas dos países de origem levou a que alguns governos permitissem duplas nacionalidades e criassem círculos eleitorais destinados à emigração (Portes, 2003). Os consulados também se tornaram mais proativos com a oferta de serviços aos seus conacionais: representação legal, serviços de saúde, cartões de identificação, bem como cursos de inglês e das línguas oficiais dos países de origem (Portes *et al.*, 2007). Em Portugal, a importância histórica das remessas na economia também foi documentada. Se forem entendidas como uma exportação de mão-de-obra nacional, as remessas representaram 13% das exportações nos anos 1950, na década seguinte corresponderia a 25%, nos anos 1970 atingiria o peso de 56%, para diminuir para 45% nos anos 1980 (Baganha, 1994). Se for analisado o peso das remessas no PIB, a perspectiva é de que os emigrantes são força de trabalho que impactam na economia nacional através das remessas. Essas proporções foram crescentes entre as décadas que foram analisadas pela autora 1950 (2%) e 1980 (10%) (Baganha, 1994).

Não obstante a tese do *migration-development nexus*, foram identificadas consequências negativas das remessas, listadas em seguida. Por vezes, o uso das remessas toma a forma de incentivo ao consumo, muitas vezes de bens importados, bem como da inflação dos preços de terras, das habitações e de bens alimentares. As remessas criam disparidades e inveja entre os recetores e não recetores, bem como a emergência de uma cultura de dependência económica (Vertovec, 2000). Por fim, as remessas enfraquecem o mercado de trabalho local, aumentam o preço dos combustíveis fósseis e criam novas hierarquias de *status* (recetores *vis-à-vis* não recetores) (Vertovec, 2001 p.575).

Um segundo indicador de relações com o país de origem que foi escolhido analisar são as relações de trabalho mantidas com o país de origem. Neste tema a bibliografia parece não abundar. Por um lado existe alguma literatura sobre as redes laborais de transmigrantes qualificados (Vertovec, 2002), mas é focada nos mais qualificados. Por outro lado, existe toda a corrente sobre empreendedorismo emigrante transnacional (Portes, Guarnizo, e Haller, 2002), contudo, embora esta corrente não incida em um perfil de qualificação em concreto, foca um grupo socioprofissional muito específico. O caso de ligações de trabalho, analisadas de forma mais abrangente, parece ser um tema pouco desenvolvido, e, por consequência, não existe um corpo de literatura desenvolvido, como está disponível para as remessas. Por esse motivo, pareceu importante analisar estes dois indicadores: um mais reconhecido na literatura e outro menos desenvolvido.

De seguida, serão expostos os fatores de nível individual que são associados ao envio de remessas. Embora o sexo/género seja comumente utilizado nos modelos explicativos para o envio de remessas, não se tem mostrado uma variável fiável. Na revisão de literatura de Goza e Ryabov (2010) mostrou-se pouco consensual. A explicação passa por fatores culturais, que variam conforme o país de origem. Em estudos como o de Cai (2003) sobre emigrantes chineses foi argumentado (e verificado) que os homens possuem um estatuto familiar mais elevado e também maiores responsabilidades com os familiares em casa, o que os tornava mais propensos ao envio de remessas em comparação às mulheres. No estudo sobre diversos grupos imigrantes de Merkle e Zimmermann (1992), foi verificado que os homens enviavam mais frequentemente remessas em comparação com as mulheres. Já em Carling e Hoelscher (2013) foram as mulheres a enviarem mais frequentemente remessas. A explicação para estas diferenças pode passar por um efeito mediador do sexo/género no envio de remessas, uma vez que em Mahapatro (2017) foi percebido que as motivações e os fins das remessas diferem de acordo com o sexo/género.

A idade é considerada importante segundo um racional que, quanto mais novos os imigrantes, maior deve ser o laço com o país de origem. Mas em estudos como o de Merkle e Zimmermann (1992) e o de Carling e Hoelscher (2013) o envio de remessas assumiu a forma de U invertido. Uma vez que

imigrantes mais jovens, presumivelmente recém-chegados, não conseguem enviar remessas devido aos custos associados ao acomodamento. Apenas após atingem estabilidade financeira conseguem enviar remessas. Com o passar do tempo, criam laço no destino e tendem a enviar menos dinheiro. A idade também deve impactar os fins das remessas: emigrantes mais novos canalizam as suas remessas para bens de consumo; emigrantes mais velhos, para objetivos mais produtivos (Goza e Ryabov, 2010). O argumento utilizado pelos últimos autores parte do pressuposto que os emigrantes emigram sempre (ou muito tendencialmente) no início da idade ativa. O que, com a diversificação da emigração (portuguesa e não só) que se tem observado, tende a ser menos frequente (embora ainda seja muito comum). Pode-se estar perante um argumento que faria mais sentido para uma emigração clássica. No seguimento destes argumentos, a idade parece ser um indicador da posição dos sujeitos na trajetória migratória do que no ciclo de vida.

A existência de um cônjuge a viver com o inquirido deve impactar negativamente o envio de remessas, no sentido em que a figura do *breadwinner* envia dinheiro para os *left-behind*. Contudo, na revisão de literatura de Lianos (1997) revelou-se ser dos fatores menos importantes. No mesmo sentido, o estado civil, *per si*, não se tem revelado importante (Merkle e Zimmermann, 1992). A hipótese assenta na ideia de que as remessas são enviadas principalmente para suprir necessidades de consumo da família que fica em casa. E que, se a unidade familiar se encontrar junta na emigração, o consumo será mais intensivo no país de destino. Deste modo, o estado civil não deve importar, mas sim a localização do cônjuge e dos filhos, caso existentes (Cai, 2003; Merkle e Zimmermann, 1992). E embora faça sentido a presença de filhos no país de destino, este fator não se mostrou relevante em estudos como o de Durand e colegas (1996).

A relação da escolaridade com as remessas, segundo Lucas e Stark (1985), assenta no argumento que existe um investimento em educação por parte da família do emigrante, que posteriormente deverá ser devolvido. Existe um contrato, ainda que tácito entre o emigrante e a sua família.² Parte do princípio de que, por a família ter financiado os estudos, o emigrante tem uma obrigação moral de enviar remessas como forma de compensar os custos que a família teve. Lianos (1997) é bastante crítico deste raciocínio, referindo que, quando um aluno dá entrada no sistema escolar, é pouco provável que esteja ciente de um acordo tácito e concorde com o mesmo. Os resultados empíricos têm mostrado que o impacto da escolaridade nas remessas tem sido pouco (Cai, 2003), ou nenhum (Merkle e Zimmermann, 1992).

2 Esta ideia do contrato implícito poderia ser igualmente válida para o pagamento da viagem ou para o alojamento num período inicial.

Nos indicadores referentes à trajetória migratória, ou seguindo uma lógica de ciclo de vida, é esperado que, numa fase inicial da migração, seja necessário recorrer a ajudas de familiares e amigos de modo a facilitar a adaptação ao novo ambiente. Só posteriormente existe a disponibilidade e possibilidade de enveredar em laços transnacionais que poderão ser duradouros ao longo do tempo (Carrasco, 2015). A hipótese alternativa é a da redução das remessas (*remittance decay hypothesis*) inicialmente proposta por Stark (1978). O argumento defende que, com o passar do tempo, o emigrante fica acomodado ao país de destino e as possibilidades para enviar dinheiro tornam-se menores. Brown (1997) contra-argumentou que os imigrantes também enviam remessas como uma forma de investimento, e por isso independente do tempo. Outros autores procuraram refutar Brown e defenderam que as remessas seriam enviadas para suprimir necessidades de consumo nas famílias que permaneciam na origem, e que passado um linha de corte, a sua utilidade marginal diminuiria, o que implicava um decréscimo no envio das remessas (Hunte, 2004). Uma outra explicação, mais recentemente proposta por Delpierre e Verheyden (2014), depende do risco que existe no país de destino, o que explica que os imigrantes poupam e enviam remessas numa altura inicial da sua carreira migratória, quando existe incerteza em relação à sua performance económica no país de destino.

Alguns dos indicadores de integração económica mostraram-se positivamente correlacionados com o envio de remessas. Em Durand e colegas (1996) e em Merkle e Zimmermann (1992) foi demonstrado um impacto positivo do rendimento e de outros fatores de integração económica. Contudo, tendem a perder importância com o prolongar da estadia no destino e com os processos de reagrupamento familiar. Ou seja, pode existir um efeito moderador da duração da estadia na relação entre os fatores de integração socioeconómica e o envio de remessas. Acrescenta-se a ressalva que, por vezes, os rendimentos podem não ser bons preditores uma vez que não têm em conta os custos fixos que cada emigrante tem no país de destino.

A relação entre a profissão e o envio de remessas pode ser interpretada através da tese do investimento na formação por parte das famílias. Uma vez que profissões mais qualificadas implicam um investimento em formação e essa formação é, tendencialmente suportada pelos familiares (Brown e Poirine, 2005). Em Brown e Connell (2006) foram apresentadas diferenças de acordo com as profissões dos emigrantes, as remessas mais elevadas foram observadas em profissões em que a formação já é dirigida para a emigração, neste caso em concreto, enfermeiras naturais das ilhas do Pacífico. A hipótese alternativa que se propõe assenta na existência de um eixo cosmopolitismo-transnacionalismo em que os mais qualificados estão mais associados ao ideal cosmopolita, por consequência, os seus rendimentos tendem a ser gastos em consumos no país de destino. No polo transnacional, com maior

presença de emigrantes menos qualificados, será mais saliente a ligação a Portugal por várias vias, incluindo o envio de remessas.

Método

No âmbito do projeto REMIGR foi criado um inquérito por questionário misto (papel-e-caneta e online) dirigido a pessoas maiores de 18 anos de idade, residentes em qualquer país estrangeiro, com nacionalidade ou naturalidade portuguesa, que tivessem saído de Portugal após o ano 2000. Alguns países (Reino Unido, França, Luxemburgo, Angola, Moçambique e Brasil) contaram com respostas em ambos os modos, os restantes receberam respostas apenas online. O questionário online foi divulgado pelos media, em grupos de Facebook, em blogs de/para emigrantes, e junto de associações de imigrantes.

O processo de inquirição online decorreu entre 6 de maio de 2014 e 25 de maio de 2015. No modo papel-e-caneta foram validados 1.658 inquéritos e foram recolhidas, a 25 de maio de 2015, 5.757 respostas ao inquérito online. Após um processo de depuração, a base final de trabalho foi de 6.086 inquéritos. Foram recolhidas respostas de cerca de 100 países diferentes. O *top* dos principais países encontra-se no quadro 4.1. Para este trabalho irão ser tratados os dados referentes aos países com maior número de respostas e o caso específico da Alemanha de forma a compreender como este destino se aproxima ou se distancia dos restantes principais destinos da emigração portuguesa.

Quadro 4.1 Principais países de resposta

País	Respostas
Reino Unido	1.454
França	600
Angola	579
Brasil	496
Moçambique	415
Alemanha	369
Luxemburgo	368
Suíça	222
Bélgica	161
Holanda	159
Espanha	129
Noruega	126
EUA	107
Irlanda	100

Fonte: REMIGR (2015).

A amostra proveniente da Alemanha era bem equilibrada em termos de sexo, relativamente jovens, uma vez que a mediana se situava nos 32 anos. A inserção no mercado de trabalho dava-se em profissões intelectuais e científicas (59%). Também elevadas eram as qualificações escolares, sendo que 79% possuía um grau superior. As áreas científicas destes graus eram especialmente das engenharias e tecnologias (31% dos graduados) e das ciências sociais (28%). Grande parte (81%) tinha chegado depois de 2009.

A emigração portuguesa para a Alemanha

De modo a caracterizar a emigração portuguesa para a Alemanha recorre-se a dados do registo central de estrangeiros deste país.³ No gráfico 4.1 são projetados os valores do *stock* de portugueses na Alemanha de 1967 a 2015. O início da série temporal, os anos 1960, servem como marco para as imigrações para a Alemanha, dada a implementação do estatuto do trabalhador convidado. Contudo, a emigração portuguesa para a Alemanha é até anterior ao fluxo protagonizado pelos trabalhadores convidados. Os primeiros portugueses a emigrar para a Alemanha teriam sido os judeus Sefarditas, exilados na época da Inquisição nos séculos XV e XVI (Mueller e Pacheco, 2014). Entre os anos de 1967 e 1974 a população de nacionalidade portuguesa inscrita nos registos centrais alemães cresceu de 23.996 para 121.533. Possivelmente, o fim do regime não democrático em Portugal e a crise económica europeia da época implicou um regresso considerável de emigrantes depois daquela data. Desse modo, o quantitativo de portugueses na Alemanha foi gradualmente decrescendo até 1988, ano em que este destino atingiu o número mais baixo para os quais existem registos: 71.068. A partir desse ano, o *stock* de portugueses cresceu, para no ano de 1996 ultrapassar o record registado em 1974. Três fatores podem ter contribuído para este crescimento: 1) A queda do muro de Berlim e a reunificação da Alemanha, que implicou uma elevada procura por mão de obra, especialmente para o sector da construção civil e obras públicas na parte Oriental do país; 2) A entrada de Portugal na CEE; 3) A implementação da diretiva dos trabalhadores destacados na CEE, que permitia que trabalhadores de empresas portuguesas fossem destacados para trabalhar em outros países da Comunidade. Entre 1996 e 2003 o *stock* de portugueses manteve-se acima dos 130 mil. Posteriormente, no período compreendido entre 2004 e 2011, o número de portugueses na Alemanha decrescia, para rondar os 115 mil. A fronteira dos 115 mil portugueses viria a ser ultrapassada no ano de 2012, mantendo um ritmo crescente até 2015, ano em que atinge o valor mais

3 Uma versão mais pormenorizada encontra-se disponível na versão *Country Report* do Observatório da Emigração (Candeias, 2017).

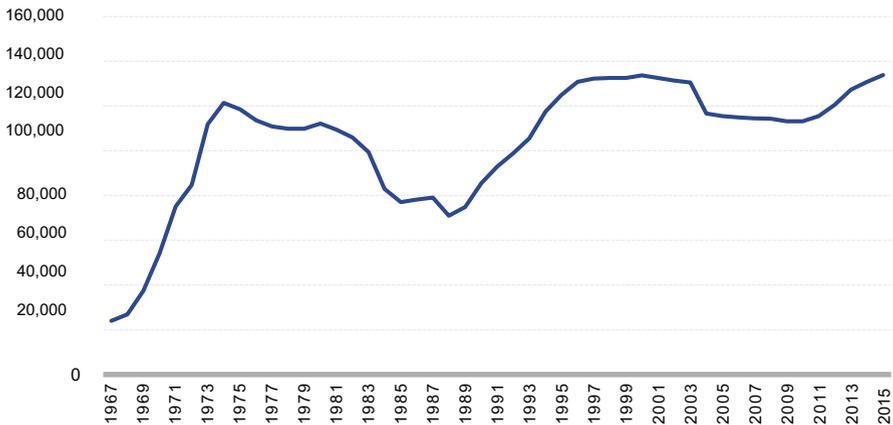


Gráfico 4.1 Stock de portugueses emigrados na Alemanha, 1967-2015

Fonte: DESTATIS (2016).

elevado nos últimos 48 anos: 133.929. Em síntese, o número de portugueses na Alemanha tem sofrido alterações ao longo do tempo e podem ser identificados três picos: nos anos 1970 (época dos *gastarbeiter*), anos 1990 (época da reunificação da Alemanha e implementação da diretiva referente aos trabalhadores destacados) e anos 2010 (época da crise e pós-crise).

Resultados: remessas e relações de trabalho com Portugal

No inquérito por questionário REMIGR era questionado o envio de remessas no ano anterior à participação no estudo. O envio de remessas por parte dos portugueses na Alemanha é uma prática que divide a amostra de forma bastante equitativa, 53% enviou dinheiro para Portugal no ano anterior à aplicação do inquérito, e 47% não o fez.

Se a situação da emigração para a Alemanha for comparada com os restantes países de destino da emigração portuguesa existentes na amostra (quadro 4.2) parece que as remessas são mais frequentemente enviadas de países de emigração recentes (Angola, Irlanda, Noruega, Moçambique) e também da Suíça. Este último país pode encontrar-se numa posição elevada devido aos salários praticados neste país, e/ou a uma estratégia migratória mais orientada para a poupança. No extremo oposto, nos países com menor envio de remessas, encontram-se os países de emigração transatlântica, como o Brasil e os Estados Unidos.

Quadro 4.2 Envio de remessas nos principais países de emigração portuguesa, %

País	%
Angola	73,7
Irlanda	69,1
Suíça	64,9
Noruega	64,8
Moçambique	63,2
Bélgica	56,4
Alemanha	53,0
Luxemburgo	52,3
Holanda	50,0
Espanha	46,5
Reino Unido	42,1
França	37,3
Brasil	35,3
EUA	32,6

Fonte: REMIGR (2015).

Os portugueses na Alemanha assumem uma posição intermédia, perto de outros países europeus, que se caracterizam por um perfil relativamente diversificado em termos de escolaridade e de duração da estadia (pelos dados do inquérito).

Com o foco no caso alemão, o gráfico 4.2 representa a percentagem apurada para o envio de remessas de acordo com fatores considerados importantes na literatura e existentes no inquérito por questionário em análise. O cruzamento por fatores sociodemográficos mostra que o sexo não diferencia o envio de remessas. A relação da idade com o envio de remessas é positiva. Os escalões mais jovens devem estar associados a estudantes ou a emigrantes que não conseguiram uma inserção no mercado de trabalho que lhes permita o envio de remessas, ou ainda pela inexistência de familiares dependentes na origem. Para este último indicador, familiares próximos em Portugal, foram ensaiadas diversas combinações possíveis com a localização do cônjuge, e do número de filhos em Portugal e na Alemanha. O melhor preditor parece ser o total de familiares em Portugal, ter cônjuges, companheiros e/ou filhos em Portugal está associado ao envio de remessas, que corrobora a lógica do *breadwinner* e dos *left-behind*. Este indicador mostrou-se mais relevante do que o estado civil. O último indicador sociodemográfico relevante diz respeito às qualificações escolares. As remessas são especialmente enviadas pelos menos qualificados, o que pode indicar que, no segmento mais qualificado, será mais frequente uma orientação para o consumo no país de destino do que um projeto de poupança e investimento. Na análise bivariada do envio de remessas pelo ano de chegada permitiu perceber se trata de um fator pouco relevante. No bloco dos indicadores de integração na dimensão socioeconómica o rendimento não se mostrou relevante, mas as profissões, sim, no sentido em

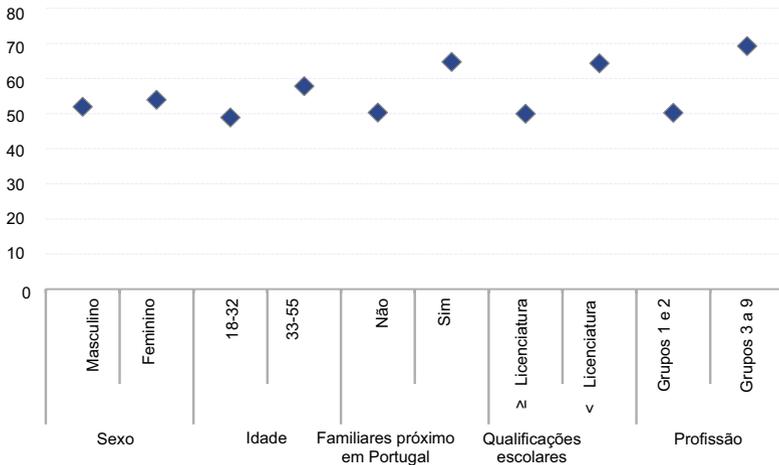


Gráfico 4.2 Envio de remessas por principais preditores

Fonte: REMIGR (2015).

que são os trabalhadores menos qualificados os mais predispostos a enviar dinheiro para Portugal.

Foi corrido um modelo de regressão logística de modo a perceber o efeito dos fatores que foram anteriormente testados na análise bivariada (quadro 4.3). A idade e o número de familiares dependentes em Portugal foram introduzidos como variáveis discretas. A escolaridade de nível secundário ou inferior e as profissões menos qualificadas foram introduzidas como variáveis *dummy*. Dos preditores testados, são estatisticamente significativos a idade, o total de familiares próximos em Portugal e as profissões menos qualificadas. A escolaridade, embora diferencie o envio de remessas numa análise bivariada, perde a sua relevância no modelo de regressão, possivelmente devido a alguma sobreposição com a variável referente à profissão.

Um segundo indicador de relações económicas com Portugal a explorar consiste nas relações laborais, independentemente da qualificação escolar ou profissional dos inquiridos ou entrevistados. Avança-se que se está perante uma minoria, cerca de 3/4 dos inquiridos na Alemanha (76%) não tinham qualquer tipo de ligações profissionais com Portugal (Gráfico 4.3). O que não invalida a importância de conhecer algumas características desta minoria.

Uma análise das relações de trabalho com Portugal pelos principais países de destino (quadro 4.4) mostra que o caso da Alemanha ocupa uma posição mediana, os 24% dos inquiridos que declararam ter algum tipo de relações laborais com Portugal contrastam com extremos como o caso de

Quadro 4.3 Coeficientes de regressão logística e *odds ratio* para o envio de remessas

Variável	Coeficiente de regressão	Odds Ratio
Constante	-1,573*	0,207
Idade	0,042*	1,043
Número de familiares em PT	0,654**	1,923
Ensino Secundário ou inferior (dummy)	-0,01	0,99
Profissões de grupos 3 a 9 (dummy)	1,03***	2,801
<i>Nagelkerke pseudo R²</i>	0,078	

Nota: * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$

Fonte: Elaborado pelo autor com base em REMIGR (2015)

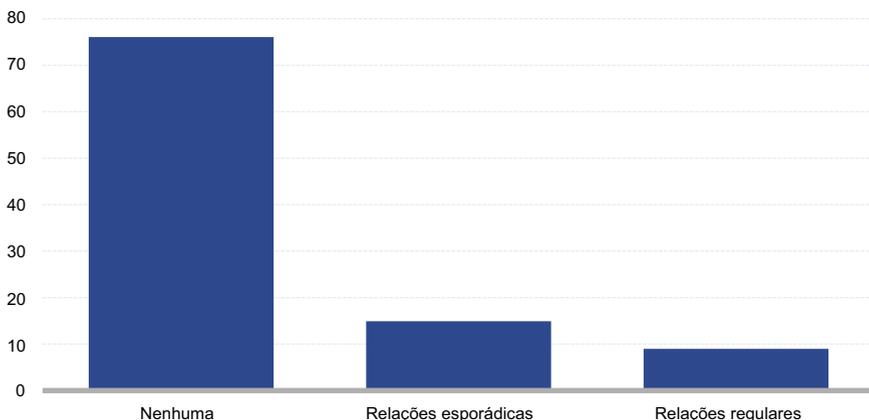


Gráfico 4.3 Relações transnacionais laborais de portugueses na Alemanha

Fonte: REMIGR (2015).

Espanha em que a maioria dos inquiridos tem algum tipo de ligação laboral com Portugal. No top dos países de destino com maior peso das relações laborais com Portugal encontra-se Moçambique, EUA e Angola e Brasil. Para Espanha, pode importar a proximidade geográfica, que facilita as deslocações a Portugal, para os países lusófonos a explicação pode assentar no caráter mais recente da emigração onde as redes com Portugal ainda estão ativas ou na existência de empresas transnacionais que operam em ambos os países (Portugal e no destino). Na amostra inquirida nos Estados Unidos o elevado peso das relações de trabalho parece estar associado a facto de ter sido

Quadro 4.4 Ligações de trabalho com Portugal pelos principais países de destino da emigração portuguesa

País	Sem ligações de trabalho	Ligações de trabalho esporádicas ou regulares
Espanha	49,1	50,9
Moçambique	59,4	40,6
EUA	63,6	36,4
Angola	69,3	30,7
Brasil	71,4	28,6
Alemanha	76,1	23,9
Bélgica	79,1	20,9
Irlanda	79,8	20,2
França	81,7	18,3
Holanda	82,5	17,5
Suíça	83,9	16,1
Reino Unido	85,3	14,7
Luxemburgo	85,7	14,3
Noruega	90,7	9,3

Fonte: REMIGR (2015).

inquirida uma amostra com elevado peso de graduados do ensino superior e de estudantes de doutoramento/ pós-doc, ou seja, académicos que se mantêm ligados à academia portuguesa.

Na base, os países com menor peso de ligações laborais com Portugal são a Noruega, e alguns dos países clássicos da emigração menos qualificada, Luxemburgo, Reino Unido e Suíça. Assim, os países europeus (com exceção da Espanha) são países que a proximidade geográfica não é um incentivo suficiente para a existência de relações laborais. Países como o Luxemburgo, o Reino Unido e Suíça são países em que o peso da emigração pouco qualificada é considerável. Deste modo, pode supor-se que é necessária alguma literacia ou conhecimentos técnicos de forma a poder-se manter ligações de trabalho com o país de origem.

O segundo passo passa por tentar compreender, a nível individual, os fatores associados a estas relações laborais na emigração portuguesa para a Alemanha. Foi testada a existência de diferenças entre alguns fatores, sexo, idade, qualificações escolares, estado civil, existência de descendências, ano de chegada, situação perante o trabalho, profissão e rendimento. São apresentadas as relações que se mostraram relevantes (gráfico 4.4). As ligações de trabalho com Portugal mostraram-se mais frequentes nos empresários ou trabalhadores por conta própria o que segue na linha dos estudos de Portes e colegas (Portes *et al.*, 2002). São também mais frequentes nos graduados do ensino superior e nos profissionais mais qualificados, o que foca um perfil específico em que, provavelmente, estas três variáveis estarão muito relacionadas.

O último passo consistiu numa análise de regressão logística que contemplou fatores acima relevantes: escolaridade de nível superior, os

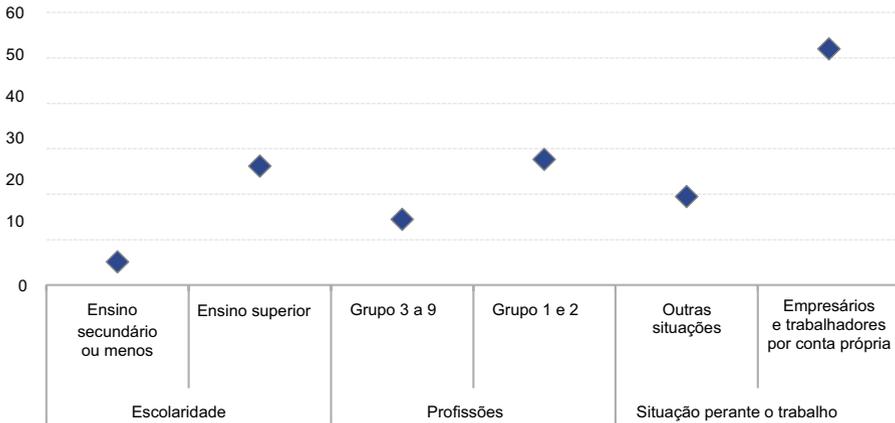


Gráfico 4.4 Relações de trabalho com Portugal de portugueses na Alemanha por principais preditores
Fonte: REMIGR (2015).

profissionais mais qualificados, os empresários e os trabalhadores por conta própria como variáveis *dummy* (quadro 4.5). A profissão é a única variável que não apresenta uma relação significativa, provavelmente devido a uma elevada sobreposição com a escolaridade, é de ter em conta também que na análise bivariada, este era o fator com menor diferenciação.

Quadro 4.5 Coeficientes de regressão logística e *odds ratio* para o transnacionalismo laboral de portugueses na Alemanha

Variável	Coefficiente de regressão	Odds Ratio
Constante	-3,017***	0,049
Escolaridade (ensino superior dummy)	1,738***	5,687
Profissão (grupos 1-2 dummy)	0,188	1,207
Situação na profissão (empresários e trabalhadores por conta própria dummy)	1,311***	3,709

Nota: Pseudo R² de Nagelkerke=0,124 **p* < 0,05, ***p* < 0,01, ****p* < 0,001.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em REMIGR (2015).

Conclusões

As práticas transnacionais (na esfera económica, mas não só) dos portugueses na Alemanha podem enquadrar-se no que é cunhado *middling transnationalism* (Conradson e Latham, 2005). Estas ligações são protagonizadas por uma categoria intermédia entre a elite de *eurostars* (Favell, 2008) e imigrantes laborais muito pouco qualificados. O espaço europeu em que esta emigração se dá facilita a mobilidade e algumas as práticas transnacionais, o que leva King e colegas (2018) a considerar o transnacionalismo no espaço europeu de transnacionalismo fácil. Não obstante a “facilidade” que o contexto europeu favorece, as relações transnacionais dos portugueses assumem uma escala inferior à dos países que impulsionaram este campo de estudos. A situação portuguesa é distinta da de países que dependem fortemente do contributo económico dos emigrados para o desenvolvimento, como o exemplo México (Iskander, 2005). Portugal também não é um país que dependa muito das remessas para alimentar as contas públicas. Se este contributo for operacionalizado pelo peso das remessas no PIB, os dados recentes (2019-2020) do Banco Mundial apontavam para valores superiores a 35% para países como Tonga e Somália, enquanto para Portugal os valores eram da ordem dos 0,3%.⁴ Estas relações não existem meramente devido a desigualdades de ordem económica entre países, os governos dos países de origem podem fomentar estas relações de diferentes maneiras (*vide* Agunias, 2009).

Neste contexto, com base nos dados recolhidos e apresentados neste capítulo, o envio de remessas numa base pelo menos anual por parte dos portugueses na Alemanha é praticado por pouco mais de metade da amostra. Comparando homens com mulheres, a proporção que envia remessas é semelhante, como Goza e Ryabov (2010) tinham proposto, para algumas migrações o sexo não diferencia o envio de remessas. A idade é positivamente relacionada com as remessas, a explicação, associada à trajetória migratória, defende a existência de um período inicial de ajustamento à sociedade de destino que implica custos e também uma inserção inicial no mercado de trabalho associada a salários mais baixos, que não permitem o envio de dinheiro (Carrasco, 2015). A existência de familiares dependentes em Portugal é também um fator relevante uma vez que, em parte, as remessas servem para suprir necessidades de consumo da família que “fica em casa” (Cai, 2003; Merkle e Zimmermann, 1992), na esfera familiar, este fator é mais importante do que o estado civil ou o número de filhos. Estes resultados mostram que, em parte, as teorias clássicas explicativas do envio de remessas, ou o perfil clássico das migrações, ainda é relevante em alguns domínios. No que diz respeito

4 <https://data.worldbank.org/indicator/BX.TRF.PWKR.DT.GD.ZS>
(consultado a 19-08-2021).

às qualificações (escolares e profissionais), a escolaridade não se mostrou relevante no modelo de regressão e no modelo bivariado seguiu o sentido contrário ao esperado na tese do investimento da família na educação (Lucas e Stark, 1985). A profissão mostrou-se ser relevante no sentido em que o envio de remessas mostrou-se associado a profissões menos qualificadas, o que ajuda a corroborar a tese da existência de um perfil específico de emigrantes que enviam remessas, com profissões pouco qualificadas e com familiares dependentes em Portugal.

As relações de trabalho com Portugal, embora minoritárias, podem tratar-se de uma forma de transferência de *skills*, bem como de formação de redes internacionais, com impacto positivo na economia portuguesa. Um dos perfis, conhecido na literatura e também verificado no caso dos portugueses na Alemanha, diz respeito aos empresários transnacionais (Portes *et al.*, 2002). Um segundo fator importante, prende-se com a escolaridade de nível superior, que pode estar ligada a um domínio de *skills* mais diversificados, e por isso valorizadas em diversos mercados de trabalho, ou, em alternativa a um maior capital social, ambos os argumentos necessitam de maior escrutínio no futuro.

As relações económicas entre os emigrantes portugueses e a origem podem assumir diferentes formas, foram exploradas duas delas. As remessas são um indicador clássico, as relações de trabalho são menos exploradas. Esta análise conjunta permitiu perceber que diferentes perfis de emigrantes podem estabelecer diferentes relações económicas com Portugal. As remessas, mais associadas a migrações clássicas, de pessoas a desempenhar profissões menos qualificadas, *breadwinners* com familiares dependentes em Portugal. As relações de trabalho, mais associadas a empreendedores e a detentores de qualificações académicas mais elevadas.

Referências bibliográficas

- Agunias, D. R. (Ed.). (2009), *Closing the Distance: How Governments Strengthen Ties with Their Diasporas*, Washington, Migration Policy Institute.
- Baganha, M. I. (1994), "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional", *Análise Social*, XXIX (128), pp. 959-980.
- Brown, R. P. C. (1997), "Estimating Remittance Functions for Pacific Island Migrants" *World Development*, 25 (4), pp. 613-626.
- Brown, R. P. C., e Connell, J. (2006), "Occupation-specific analysis of migration and remittance behaviour: Pacific Island nurses in Australia and New Zealand", *Asia Pacific Viewpoint*, 47 (1), pp. 135-150.
- Brown, R. P. C., e Poirine, B. (2005), "A model of migrants' remittances with human capital investment and intrafamilial transfer", *The International Migration Review*, 39 (2), pp. 407-438.

- Cai, Q. (2003), "Migrant remittances and family ties: a case study in China", *International Journal of Population Geography*, 9 (6), pp. 471-483. Doi: 10.1002/ijpg.305
- Candeias, P. (2017), "Alemanha", *OEm Country Reports*, 4, Observatório da Emigração, CIES, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Doi: 10.15847/CIESOEMFS042017
- Carling, J., e Hoelscher, K. (2013), "The capacity and desire to remit: comparing local and transnational influences", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39 (6), pp. 939-958.
- Carrasco, J. I. (2015), *Economic Integration and Ties to Origin as Determinants of Migrant Remittances Among Senegalese Immigrants in Spain: a Longitudinal Approach*, Master's thesis in demography, Stockholm University, Stockholm.
- Conradson, D., e Latham, A. (2005), "Transnational urbanism: Attending to everyday practices and mobilities", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 31 (2), pp. 227-233.
- Delpierre, M., e Verheyden, B. (2014), "Remittances, savings and return migration under uncertainty", *IZA Journal of Migration*, 3 (22), pp. 1-43.
- Durand, J., Kandel, W., Parrado, E. A., e Massey, D. S. (1996), "International Migration and Development in Mexican Communities", *Demography*, 33 (2), pp. 249-264.
- Faist, T. (2008), "Migrants as transnational development agents: an inquiry into the newest round of the migration-development nexus", *Population, Space and Place*, 14, pp. 21-42.
- Favell, A. (2008), *Eurostars and Eurocities. Free Movement and Mobility in an Integrating Europe*, Baskerville, Blackwell.
- Goza, F., e Ryabov, I. (2010), "Remittance activity among brazilians in the US and Canada", *International Migration*, 50 (4), pp. 1-29.
Doi: 10.1111/j.1468-2435.2009.00590.x
- Hunte, C. K. (2004), "Workers' remittances, remittance decay and financial deepening in developing countries", *The American Economist*, 48 (2), pp. 82-94.
- ILO. (2021), *ILO Global Estimates on International Migrant Workers. Results and Methodology*, 3.^a edição, Genebra, International Labour Organization.
- Iskander, N. (2005), "Social learning as a productive project: the tres por uno (three for one) experience at Zacatecas", Mexico, em OECD (ed.), *Migration, Remittances and Development* (pp. 249-263), Paris.
- King, R., Lulle, A., Parutis, V., e Saar, M. (2018), "From peripheral region to escalator region in Europe: young Baltic graduates in London", *European Urban and Regional Studies*, 25 (8), pp. 284-299.
- Lianos, T. P. (1997), "Factors determining migrant remittances: the case of Greece", *International Migration Review*, 31 (1), pp. 72-87.
- Lucas, R. E. B., e Stark, O. (1985), "Motivations to remit: evidence from Botswana", *Journal of Political Economy*, 93 (5), pp. 901-918.
- Mahapatro, S. R. (2017), "Why do they remit? Examining factors influencing migrant remittances in India", *Journal of Development Policy and Practice*, 2 (2), pp. 225-235.
- Merkle, L., e Zimmermann, K. F. (1992), "Savings, remittances, and return migration", *Economics Letters*, 38 (1), pp. 77-81.

- Mueller, S., e Pacheco, L. M. (2014), *Portugiesen in Hamburg/Portugueses em Hamburgo*, Frankfurt am Main, Cross-Culture Publishing.
- Peixoto, J., Oliveira, I. T. d., Azevedo, J., Marques, J. C., Góis, P., Malheiros, J., e Madeira, P. M. (eds.) (2016), *Regresso ao Futuro. A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Gradiva.
- Pires, R. P., e Cândido, A. F. (2019), "Emigração e desenvolvimento na periferia europeia: o caso português", *Revista del Ministerio de Empleo y Seguridad Social*, 140, pp. 125 -140.
- Portes, A. (2003), "Conclusion: Theoretical Convergencies and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism", *International Migration Review*, 37 (3), pp. 874-892.
- Portes, A., Escobar, C., e Radford, A. W. (2007), "Immigrant transnational organizations and development: a comparative study", *International Migration Review*, 41 (1), pp. 242-281.
- Portes, A., Guarnizo, L. E., e Haller, W. J. (2002), "Transnational entrepreneurs: an alternative form of immigrant economic adaptation", *American Sociological Review* 67 (2), pp. 278-298.
- Stark, O. (1978), *Economic-demographic Interaction in Agricultural Development: The case of Rural-to-Urban Migration*, Roma, UN Food and Agriculture Organization.
- Vertovec, S. (2000), "Rethinking remittances: plenary lecture at 5th International Metropolis Conference", Vancouver, *ESRC Transnational Communities Programme Working Paper WPTC-2K-15*.
- Vertovec, S. (2001), "Transnationalism and identity", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 27, pp. 573-582.
- Vertovec, S. (2002), "Transnational networks and skilled labour migration" *Working paper series (University of Oxford, Transnational Communities: an ESRC Research Programme)*.
- Vertovec, S. (2009), *Transnationalism*, Londres, Nova Iorque, Routledge.

